

Fernando Rubin

PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO

Notas Especiais de Acordo com o CPC

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-0078-7

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegre, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 –
CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

1223554

Rubin, Fernando.

R896 Processo judicial previdenciário: notas especiais
de acordo com o CPC./ Fernando Rubin./ Curitiba:
Juruá, 2022.
290p.; 21cm

1. Direito previdenciário. 2. Processo judicial.
I. Título.

CDD 344.01 (22.ed)

CDU 331.836

00102

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA	9
1 AS LIMITAÇÕES DO PROCESSO CIVIL CLÁSSICO PARA O ÂMBITO DO ATUAL PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO.....	11
2 A EXIGÊNCIA DO CONTRADITÓRIO PRÉVIO E DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO CAMPO SOCIAL – PROCEDIMENTO COMUM E JUIZADOS FEDERAIS.....	39
3 O PROCESSO JUDICIAL ACIDENTÁRIO E A SUA CONSTRUÇÃO NO PROCEDIMENTO COMUM DA JUSTIÇA ESTADUAL.....	67
4 O TEMA PROBATÓRIO – A TELEPERÍCIA, A RELATIVIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL E A PREPONDERÂNCIA DE PROVAS NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO.....	97
5 A QUESTÃO DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL NO INSS E OS SEUS DESDOBRAMENTOS PROCESSUAIS.....	121
6 A PRECLUSÃO E A COISA JULGADA PREVIDENCIÁRIA – A EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA MATERIAL, A COISA JULGADA <i>SECUNDUM EVENTUM PROBATIONIS</i> , A <i>QUERELA NULLITATIS</i> E A AÇÃO ANULATÓRIA.....	145
7 HONORÁRIOS RECURSAIS <i>EX OFFICIO</i> E O MÉRITO DA CONTENDA – IMPACTOS NOS TEMAS 1059 E 1105 DO STJ.....	167
8 A FORMAÇÃO DE PRECEDENTE OBRIGATÓRIO PREVIDENCIÁRIO VIA IRDR: TEMA 8 DO TRF4 – O CÔMPUTO DO B31 NO B46 CONFIRMADO PELO TEMA 998 DO STJ.....	197
9 A RECEPÇÃO DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS PELOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS PREVIDENCIÁRIOS – O EXEMPLO DO TEMA 177 DA TNU.....	213

10 OS PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS NO SISTEMA PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO – A COMPLEXA EXECUÇÃO DOS JULGADOS E OS CASOS DOS TEMAS 1013 E 1050 DO STJ	227
11 A EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E OS CENÁRIOS PRINCIPAIS DE COMPENSAÇÃO DE VALORES PERCEBIDOS PELO SEGURADO – OS TEMAS 979 E 692 DO STJ	247
NOTA CONCLUSIVA.....	261
REFERÊNCIAS.....	263
ÍNDICE REMISSIVO.....	279